

Dívida externa privatizada

■ Presidente do BC diz que endividamento do governo federal ficou negativo em março

TATIANA BAUTZER

Josemar Gonçalves - 01/7/98

A dívida externa do governo federal ficou negativa em março em relação ao volume de reservas internacionais, disse ontem o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Franco. Para Franco, a dívida externa foi "privatizada" nos últimos anos. O presidente do BC defendeu essa tese em artigo publicado na edição de ontem do *JORNAL DO BRASIL*, no caderno especial *Real - 4 anos*.

Em março, as reservas internacionais superaram em US\$ 72 milhões a dívida externa do governo federal - incluindo aí os bônus *brady*, de dívida renegociada, e os créditos junto ao Clube de Paris. Essa dívida do governo federal gira em torno de US\$ 70 bilhões, volume total das reservas internacionais.

Franco exclui do cálculo outras dívidas externas públicas, como endividamento externo dos estados (US\$ 4,8 bilhões) e das estatais, que atinge US\$ 17 bilhões. Com a privatização da Telebrás, o total de dívidas do setor público, incluindo os estados e as empresas estatais, deverá cair para cerca de US\$ 10 bilhões.

Reservas - Considerando essas dívidas, o total do endividamento externo público superaria bastante as reservas. Franco concorda que as reservas podem cair com possíveis saques de investidores - ao contrário da dívida, que não é reduzida. Mas acredita que o impacto de saída de reservas é limitado. "Durante a crise asiática, saíram US\$ 10 bilhões", lembrou o presidente do BC.

Gustavo Franco afirma que o crescimento do endividamento externo do Brasil não é preocupante.



Franco: reservas superaram a dívida externa do governo federal

Em 1993, esse endividamento - incluindo dívidas pública e privada - estava em 14,5% do Produto Interno Bruto (a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país em um ano). Hoje, é de 16% do PIB.

"Houve uma privatização da dívida externa", diz Franco.

Hoje, 93% do total de dívidas

externas, incluindo aí títulos emitidos no exterior e créditos concedidos por bancos, representa obrigações de empresas do setor privado. "Essa relação foi invertida", afirma o presidente do BC. A dívida privada hoje é de US\$ 123,7 bilhões.

Gustavo Franco defendeu também os déficits de conta corrente

que o Brasil vem registrando. "O déficit em conta corrente é positivo, porque não é possível um país emergente exportar poupança. Ter déficit em conta corrente significa importar poupança externa para investir e isso não pode ser ruim", disse o presidente do BC.

Franco concorda que déficits altos, de até 7% do PIB, como teve o Brasil no início dos anos 80 ou o México em 1994, antes da crise cambial, são ruins. Mas defende déficits "moderados" que continuem por vários anos. Franco considera que o atual nível de déficit em conta corrente, de 3,5%, é "moderado" e não traz riscos externos para o país. Essa situação poderá durar vários anos, segundo o presidente do BC, lembrando os exemplos dos Estados Unidos e dos países europeus durante o século passado.

Bacha - O ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ex-diretor do BC, Edmar Bacha, defendeu um aumento mais radical da banda de flutuação do dólar que o previsto pelo Banco Central para os próximos meses. Bacha sugeriu um espaço de flutuação para o dólar de 5% já no ano que vem. Com o aumento da banda cambial, diz Bacha, o governo teria espaço para reduzir a taxa básica de juros, hoje de 21,25%, para até 16%.

O economista afirmou que o maior problema hoje é o equacionamento do déficit público. O nível de dívida pública em relação ao PIB está sendo mantido pelo fluxo dos recursos das privatizações, mas o governo terá que resolver a questão até 2001, disse Bacha.